

MONITOR FISCAL



União acumula até agosto déficit primário de R\$ 15,2 bilhões, frente à meta de superávit de R\$ 55,3 bilhões para o ano (R\$ 5,8 bilhões pelo PLN nº 5/15-CN).

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2015

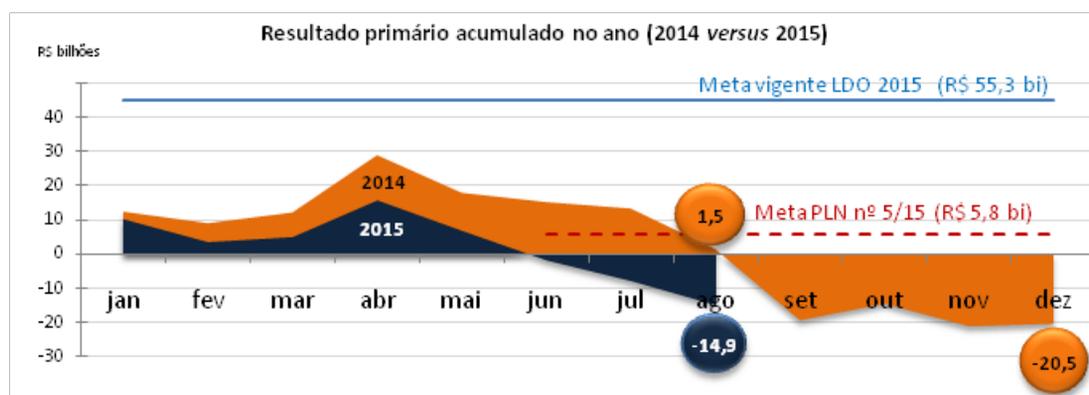
R\$ bilhões

ESFERA	META DO ANO	REALIZADO ATÉ AGOSTO	A REALIZAR	PLN Nº 5/2015	
				META DO ANO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	66,3	(1,1)	67,4	8,7	9,8
União	55,3	(15,2)	70,5	5,8	21,0
Governo Central	55,3	(14,9)	70,2	5,8	20,7
Estatais	0,0	(0,3)	0,3	0,0	0,3
Estados e Municípios	11,0	14,1	(3,1)	2,9	(11,2)

Fonte: Banco Central.

- O resultado primário da União até agosto foi deficitário em R\$ 15,2 bilhões. Trata-se do menor valor para o período, de acordo com série histórica iniciada em 1997. Para que a meta do ano fosse alcançada, seria necessária uma economia de R\$ 70,5 bilhões nos últimos quatro meses do exercício. Quanto aos demais entes, o superávit acumulado superou em R\$ 3,1 bilhões o valor estimado para o exercício.
- Ressalte-se, porém, que se encontra em tramitação o projeto de lei de alteração da LDO (PLN nº 5/2015), em que o Poder Executivo propõe:
 - Redução da meta de superávit primário da União para R\$ 5,8 bilhões e dos Estados e Municípios para R\$ 2,9 bilhões;
 - Possibilidade de compensação mútua entre as metas estabelecidas para a União e para os demais entes da Federação. Pela regra atual e nos anos anteriores, apenas a União poderia compensar eventual frustração dos demais entes; e
 - Possibilidade de ampliar a redução da nova meta em até R\$ 26,4 bilhões (o que permitiria um déficit de R\$ 20,6 bilhões para a União), caso as receitas advindas da MP nº 685/2015, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários, do PLS nº 298/2015, que dispõe sobre regularização tributária de bens não declarados mantidos no exterior, e das concessões e permissões não se realizem.
 - Considerada a meta do PLN nº 5/2015, a economia a ser feita pela União nos últimos quatro meses do ano seria de R\$ 21,0 bilhões.

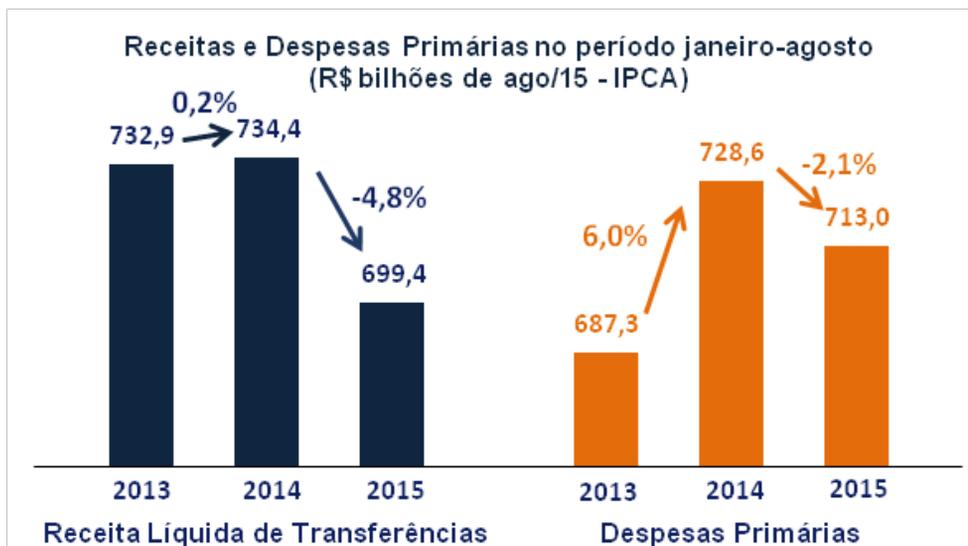
B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2014-2015)



Fonte: Banco Central.

- Até agosto o déficit primário do governo central é de R\$ 14,9 bilhões, valor R\$ 16,4 bilhões inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior. Em 2014, o resultado do exercício foi negativo em R\$ 20,5 bilhões.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL



Fonte: Tesouro Nacional.

- De 2014 para 2015, a receita primária líquida de transferências, em termos reais, apresentou queda de 4,8% considerando-se os valores acumulados no período de janeiro a agosto. As despesas primárias, por seu turno, apresentaram redução real de 2,1% no mesmo período. Essa queda nas despesas decorreu, principalmente, da contenção de investimentos e inversões financeiras.
- Destaque-se que, em valores nominais, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida apresenta aumento médio da ordem de 6,1% nos valores acumulados de janeiro a agosto de 2013 a 2015, ao passo que o crescimento médio das despesas primárias foi 10,4% em igual período.

D. RESUMO DO CONTINGENCIAMENTO DA UNIÃO

R\$ bilhões

ITEM	2014		2015*		
	EXECUTADO	LOA (A)	REESTIMADO 3º BIM.(B)	REESTIMADO 4º BIM.(C)	DIFERENÇA (C-A)
I. Receita Primária Total	1.221,4	1.447,8	1.325,3	1.318,2	(129,6)
II. Transferências aos Entes Subnacionais	202,5	224,4	213,7	206,7	(17,7)
I. Receita Primária Líquida	1.018,9	1.223,4	1.111,6	1.111,6	(111,8)
II. Despesa Primária	1.051,6	1.168,1	1.105,8	1.105,7	(62,4)
II.1 Despesas Obrigatórias	781,5	841,7	858,9	858,8	17,1
II.1.a Benefícios da Previdência	402,1	436,3	438,9	436,2	(0,1)
II.1.b Pessoal e Encargos Sociais	223,0	235,8	236,2	236,2	0,4
II.1.c Abono e Seguro Desemprego	51,8	47,0	45,8	48,5	1,5
II.1.d BPC / RMV ²	38,4	42,2	43,2	42,4	0,2
II.1.f Demais	66,2	80,4	94,8	95,5	15,1
II.2 Despesas Discricionárias	270,1	326,4	246,9	246,9	(79,5)
II.2.1 Emendas Individuais	6,1	9,6	4,6	4,6	(5,1)
II.2.2 Demais Discricionárias	264,0	316,7	242,3	242,3	(74,4)
III. Ajustes ¹	15,5	-	-	-	-
IV. Resultado Primário (I-II+III)	(17,2)	55,3	5,8	5,8	(49,5)

Fonte: Estatísticas Fiscais/SOF, Relatório SOF/STN de Avaliação do 3º e 4º bimestres e SIOF.

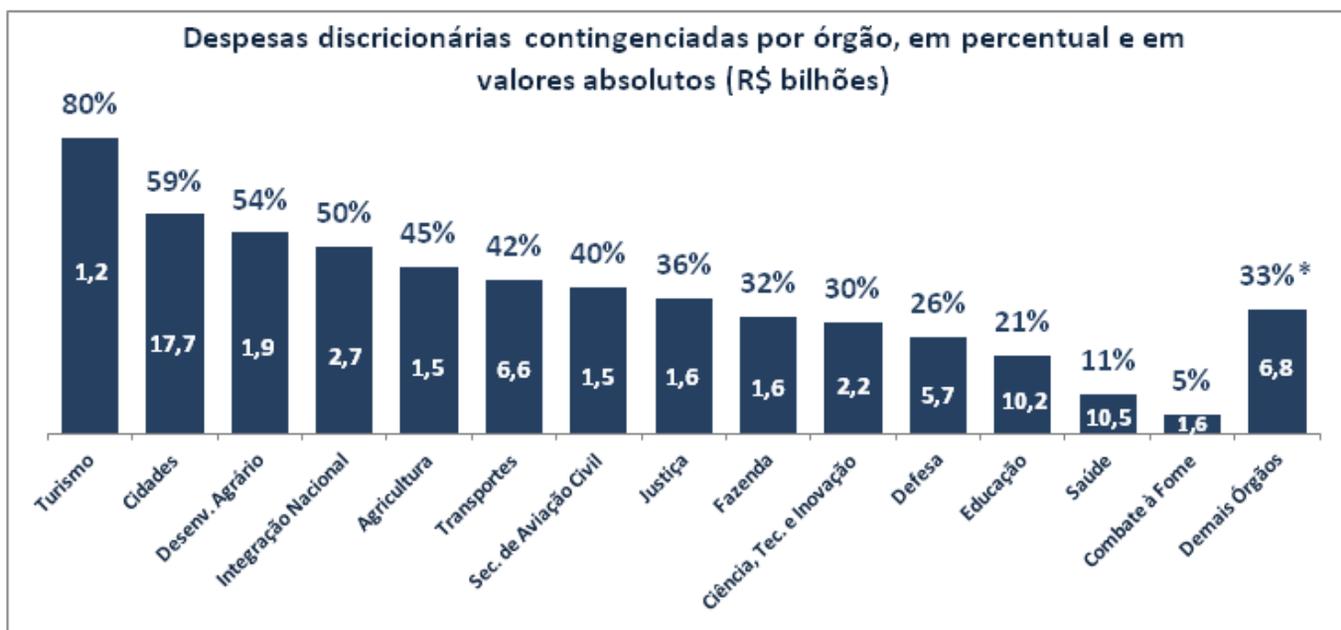
* Valores acumulados de janeiro a dezembro

¹Diferença regimes caixa/competência, despesas extra-orçamentárias e empréstimos líquidos.

²BPC – Benefício de Prestação Continuada, RMV – Renda Mensal Vitalícia.

- A reavaliação de receitas e despesas, realizada pelo Poder Executivo no 4º bimestre, manteve inalterada a necessidade de contingenciamento de R\$ 79,5 bilhões em despesas discricionárias da União. Os dados oficiais mais recentes, com efeito, mostram que o Executivo estima redução de R\$ 111,8 bilhões na receita primária líquida e aumento de R\$ 17,1 bilhões de despesas primárias obrigatórias, restando disponíveis para empenho os mesmos R\$ 246,9 bilhões estimados no 3º bimestre, dos quais R\$ 4,6 bilhões se referem a emendas individuais.
- Relevante esclarecer que o citado contingenciamento, conforme item IV da tabela em exame, visa ao alcance da meta de R\$ 5,8 bilhões, constante do PLN nº 5/2015. Considerada a meta de superávit primário ainda em vigor, de R\$ 55,3 bilhões, seria necessário um contingenciamento adicional de R\$ 49,5 bilhões.

E. CONTINGENCIAMENTO POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

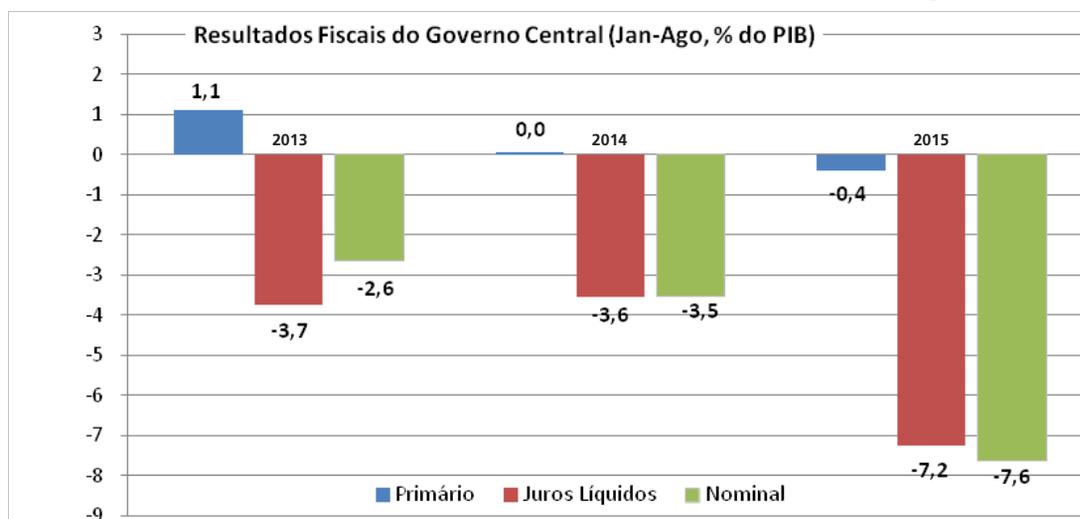


Fonte: Decretos nº 8.456/2015 e nº 8.496/2015.

*Percentual médio de contingenciamento nos demais órgãos.

- Dos R\$ 79,5 bilhões contingenciados, R\$ 78,4 bilhões correspondem à limitação de empenho de despesas no âmbito do Poder Executivo
- Em valores relativos, o Ministério do Turismo foi o mais afetado, com redução de 80% do valor aprovado para o órgão na LOA. Em valores absolutos, os Ministérios mais atingidos foram, respectivamente, Cidades, Saúde, Educação e Transportes

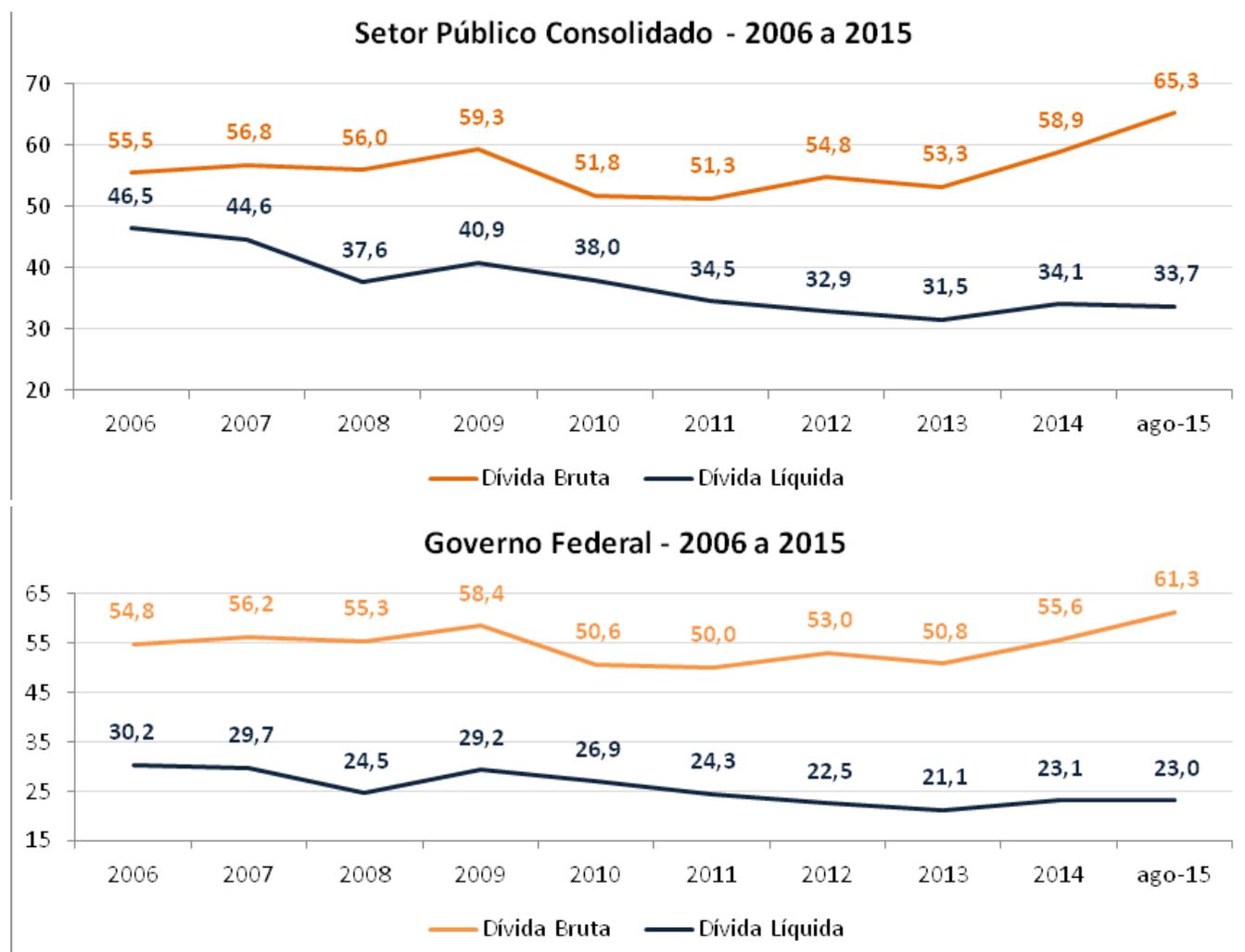
F. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (2013-2015)



Fonte: Banco Central.

- O resultado nominal do governo central, acumulado em 2015, é deficitário em R\$ 291,9 bilhões (7,6% do PIB). Em 2014, o déficit acumulado no mesmo período foi R\$ 127,1 bilhões (3,5% do PIB).
- Essa deterioração do resultado nominal é explicada, principalmente, pela expressiva elevação dos juros líquidos apropriados no ano, que já somam R\$ 277,0 bilhões (7,2% do PIB), contra R\$ 128,6 bilhões (3,6% do PIB) acumulados em igual período de 2014.

G. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)



- A dívida bruta do setor público consolidado acumula crescimento de 6,4 p.p. do PIB até agosto de 2015 e atingiu 65,3% do PIB, maior nível desde 2006. A dívida líquida, por sua vez, embora tenha crescido em 2015, se mantém em patamar próximo ao verificado nos últimos anos, tendo em vista a contabilização de ativos financeiros nessa ótica de endividamento.
- A dívida do setor público consolidado reflete, em boa medida, a evolução do endividamento da União. A dívida bruta federal cresceu, em 2015, 5,7 p.p. do PIB e também se encontra no maior nível desde 2006, no patamar de 61,3% do PIB. Já a dívida líquida alcançou, em julho, 23,0% do PIB, valor próximo ao esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Maia
 Arthur Falcão Freire Kronenberger
 Daniel Veloso Couri
 Ingo Antonio Luger
 Marcia Rodrigues Moura
 Maria Emília Miranda Pureza
 Maria Liz de Medeiros Roarelli
 Paulo Roberto Simão Bijos
 Túlio Cambraia